

DE MÃE A PEDAGOGA: REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Estudante: Daniela Camila Silva¹

Orientador/a: Thiago Lemes de Oliveira²

Resumo: A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em sala de aula, a adaptação do ambiente e adequação de materiais às suas necessidades é um direito assegurado por lei. O autismo (Transtorno do Espectro Autista - TEA) é definido como um transtorno global do desenvolvimento que afeta diversas capacidades como a comunicação, a socialização e o comportamento do indivíduo. No presente trabalho tem como objetivo abarcar o preparo dos profissionais da educação para atender as crianças portadoras de necessidades especiais e compreender as necessidades dos docentes e suas principais dificuldades em sala de aula em relação à recepção e ensino de crianças com desenvolvimento atípico e necessidades específicas, designadamente a inclusão de crianças autistas em ambientes escolares com ensino padronizado. Refere-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e narrativa autobiográfica, explicitando a familiarização com o tema sendo a autora mãe de duas crianças autistas em níveis diferentes. Utiliza de revisão bibliográfica para estudo e exemplos para melhor compreensão da dificuldade da inclusão, salientando diversas dificuldades no processo formativo de professores da educação básica. Entre os resultados discutidos, destacamos o fato de que não somente os professores devem se envolver no progresso da criança autista em sala de aula, como também toda a comunidade escolar e família de forma interativa, para que a criança não se desenvolva somente em sala de aula, mas para a vida em sociedade.

Palavras-chave: Autismo. Educação. Escola. Professores. Família.

1. Introdução

O autismo é uma condição incapacitante, que aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. É um transtorno global do desenvolvimento que afeta diversas capacidades como a comunicação, a socialização e o comportamento do indivíduo (LOPES, 2020). No presente trabalho buscou-se abarcar o preparo dos profissionais da

¹ Graduanda/o do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, e-mail: danny_dcs19@yahoo.com.br

² Professora/mestre em educação pela Universidade Federal de Lavras (2019), atualmente Professor de Libras do Centro Universitário do Sul de Minas (UNIS) e Professor Mediador no curso de Pedagogia Bilíngüe INES/UFLA.

educação para atender as crianças portadoras de necessidades especiais e compreender os fatores adversos que influenciam a inclusão escolar dessas crianças e o preparo dos profissionais da educação para atendê-los. Atualmente, todos os ambientes buscam promover a inclusão, principalmente o ambiente escolar, onde cresce, significativamente, a cada ano, o número de alunos com algum tipo de deficiência inseridos em sala de aula.

Nessa conjectura, por uma autora desse artigo, ser mãe de duas crianças com autismo em graus diferentes, e esta ter experienciado inúmeras situações discriminatórias, ao longo da vida escolar de seus filhos; compreende-se que o assunto acerca do autismo e sua adaptação em sala de aula ainda são pouco conhecidos, ou explorados por muitos profissionais. Cabe aqui ressaltar, que essas situações, além de comporem o *corpus* desse trabalho, de abordagem qualitativa autobiográfica, também foram motivadoras para que a autora optasse pela sua carreira e formação docente.

O autismo é caracterizado por um conjunto de aspectos, que podem variar em diferentes graus, em que cada criança detém de características variáveis em sua personalidade, e que em sala de aula, tendem a ficar mais isoladas das demais. Sobre isso, a Classificação Internacional de Doenças 11 - CID 11 (tabela anunciada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem como objetivo a padronização de doenças e problemas de saúde) define que todos os transtornos que fazem parte do espectro do autismo, como o autismo infantil e a Síndrome de Asperger, passam a ser relacionadas exclusivamente com algum prejuízo da linguagem funcional, interação social ou deficiência intelectual (FERNANDES e SANTOS, et al 2020). A inclusão é um processo que tem se discutido há muito tempo, entretanto o professor que se depara com um aluno com deficiência inserido em um ambiente onde já é pré-estabelecida uma metodologia de ensino, muitas vezes, padronizada, pode não se sentir apto para suprir as necessidades demandadas pelo aluno com autismo.

Pesquisas recentes destacam a preocupação em relação à formação de professores no atendimento de alunos com deficiência. Terra e Gomes (2013) refletem que a compreensão da Educação Especial na atualidade, vem possibilitar a oferta do atendimento especializado aos alunos, com o oferecimento de recursos e procedimentos apropriados, facilitando a acessibilidade e a eliminação de barreiras. Stela e Sequeira (2013) consideram que a quebra de qualquer indício de preconceito da educação inclusiva deve começar com os educadores, incluindo a direção da escola, que devem

experimentalizar o contato com estes alunos para que possam dar um sentido diferente às suas experiências. Kibrit (2013) aponta que a inclusão é reconhecida como um direito à cidadania, trazendo as diferenças como um elemento enriquecedor à sociedade, em que as diferenças é que constituem a singularidade dos indivíduos que a compõem e que todos têm os mesmos direitos e deveres perante a lei, havendo igualdade, porém não negando as especificidades de cada indivíduo. Matos e Mendes (2015) expressam que os professores entendem e valorizam que quanto mais conhecerem seus alunos, maiores condições terão de se prepararem emocional e pedagogicamente para o desafio da inclusão escolar. Amaral e Monteiro (2016) explanam que o olhar voltado apenas para a incapacidade dessas pessoas, leva muitos profissionais a limitarem esses alunos, fazendo com que eles se tornem, em situações educacionais, sujeitos apáticos e dependentes, com pouca independência para agir nas diversas instâncias sociais e lutar por seus direitos. Tannús-Valadão e Mendes (2018) ressaltam que, ainda que atualmente a escola deva ser voltada para a era da inclusão escolar, as práticas de planejamento não mudaram, reforçando a descrença de que a escola regular seja afinal o melhor lugar para escolarizá-los. Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014) destacam que respeitar e compreender as particularidades de cada criança é fundamental no desenvolvimento de estudos na área de inclusão escolar. Lemos, Nunes e Salomão (2020) ressaltam a importância da interação social para a aquisição de habilidades referentes ao desenvolvimento infantil, elevando os benefícios da inclusão escolar, tanto em termos da criança atípica, como das demais crianças, que desenvolvem habilidades relativas à tolerância, respeito e empatia por meio das vivências escolares.

Nesse viés, corroborando com as pesquisas anteriormente resenhadas, o presente estudo buscou caracterizar as principais dificuldades do docente na inclusão de crianças autistas em sala de aula, buscando assim elencar as estratégias para que todos os envolvidos nesse processo sejam capazes de conferir aos seus educandos um ensino e adaptado de acordo com suas necessidades. Diante de tais abordagens, os seguintes questionamentos nortearam essa pesquisa: (1) Os professores se sentem preparados emocional e pedagogicamente para o desafio da inclusão escolar? (2) Quais estratégias a escola, os professores e a família utilizarão para que as práticas de planejamento possam ser adaptadas de forma que alunos com autismo tenham um ensino equitativo?

Para responder tais questionamentos, o presente trabalho foi organizado da seguinte forma: em “Um panorama sobre o autismo” foram apresentados pontos que esclarecem o autismo em si e suas dificuldades na cultura social destacando as reflexões

de pesquisadores e legislações vigentes acerca dos direitos das pessoas com deficiência, compondo assim a fundamentação teórica desse trabalho.

Na seção intitulada “Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa”, caracterizamos a pesquisa a partir da sua abordagem metodológica. Por ser um tema atual e desafiador, mas com uma visão positiva de modo a incentivar novos métodos de inserção de conhecimentos aos alunos com autismo. Em “Refletindo a inclusão de alunos autistas na educação básica”, serão discutidas as experiências vividas pela autora dessa pesquisa, em relação à inclusão de seus filhos autistas, contrastando seus depoimentos e vivências com as proposituras dos autores pesquisados. Por fim, em “Contribuição para o processo de pesquisa”, serão demonstradas as possíveis contribuições desse estudo para os seus autores, leitores e futuras pesquisas na área, com intuito de pensar e aperfeiçoar a socialização dos alunos com desenvolvimento atípico, que possuem algum grau de comprometimento social e/ou cognitivo.

2. Um panorama sobre o autismo

A proposta de inclusão escolar, como um direito de todas as crianças, vem sendo discutida há muito tempo, mas tem ganhado mais força em anos recentes, exigindo mudanças na estrutura escolar e social, mais igualdade na integração da criança com necessidades educacionais especiais. Sobre isso, a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência LN. 13.146 de 2015 sancionaram pena de dois a cinco anos de prisão e multa para quem impedir ou dificultar o ingresso de uma pessoa com deficiência em qualquer escola regular, garantindo o pleno acesso ao currículo escolar em condições de igualdade, em um sistema educacional realmente inclusivo e com total acessibilidade, oferecendo apoio especializado sempre que necessário (AME, 2019). Educar o aluno é prepará-lo para o seu viver além do campo escolar, ensinando os valores sociais e o respeito, na esperança de se diminuir o preconceito e promover a interação com os demais alunos em sala de aula. Segundo Dias e Oliveira (2013), a deficiência deixa de ser uma condição negativa e restritiva e passa a ser uma possibilidade de desenvolvimento que se molda e evolui dentro de um ambiente que lhe possibilite condições para isso, mudando o diagnóstico de deficiência incapacitante.

Além disso, a inclusão escolar é assegurada em forma de leis, um exemplo disso é o Decreto Federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011). Avançando

as discussões da inclusão escolar na educação básica, de forma que alunos com deficiência e que necessitam de atendimentos educacionais especializados, sejam de fato inclusos no ambiente escolar e social, independente de qual for suas deficiências, o decreto em vigência estabelece que a educação especial deva garantir os serviços de apoio especializado, no intuito de eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Isso evidencia que dentre as proposituras nacionais estão: a provisão de condições de acesso, permanência e participação, onde o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, adaptação do ensino da educação especial no ensino regular, por meio do desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que auxiliem na eliminação das barreiras educacionais para esses alunos, em quaisquer níveis acadêmicos.

De acordo com a Lei da Inclusão 13.146/2015, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. A compreensão da educação especial³ nessa nova esfera vem possibilitar a oferta do atendimento especializado aos alunos, com o oferecimento de recursos e procedimentos apropriados, facilitando a acessibilidade e a eliminação de barreiras e, efetivando a promoção da formação integral dos alunos (TERRA e GOMES, 2013).

Ao discorrer sobre a inclusão em sala de aula, Kibrit (2013) reflete que:

Percebe-se, assim, que o tema inclusão escolar possui certa dimensão que ultrapassa o plano da instituição escolar; trata-se de uma organização social e cultural, que é reproduzida dentro da educação.

³Educação Especial - Proposta pedagógica especializada que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Ter acesso ao ensino significa poder reafirmar seu lugar de cidadão de direitos dentro de uma sociedade, ter acesso à cultura e trocas com outros colegas e com o universo que a escola traz consigo. Dessa forma, a inclusão escolar traz com ela a inclusão social. Quando os muros de uma escola são altos demais, a ponto de impedir o acesso a ela de certo grupo de crianças, isso reflete o fato de que nossa sociedade também está fechada para esse grupo. (KIBRIT, 2013. P6)

A educação é a base para o desenvolvimento de qualquer pessoa. A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na educação de forma integral possibilita seu crescimento dentro da sociedade. Mas para isso, é necessário também que se tenha recursos pedagógicos e físicos, com especializações a fim de se obter resultados realmente significativos, além de uma equipe pedagógica que esteja atenta ao comportamento de seus alunos, pois sendo a escola um ambiente de socialização, é dentro da sala de aula que se percebe as primeiras dificuldades e a falta de interação com os demais colegas, características que uma criança autista apresenta em sua primeira experiência no meio social.

É necessário adaptar e preparar todos os envolvidos no ambiente escolar para que, de fato, se tenha a inclusão de forma abrangente e satisfatória. Segundo Stella e Sequeira (2013), o princípio da inclusão se refere a todos, incluindo o professor, e que somente realizará um trabalho inclusivo de fato, quando se sentir acolhido para expressar seus sentimentos de angústia e medo frente a este processo.

Com essa premissa, compreendemos que os educadores, que trabalham com crianças com algum tipo de deficiência, precisam de uma formação especializada, a fim de desenvolverem um trabalho efetivo diversificado e integrado em sala, capaz de garantir um ensino sistematizado. Essa sistematização quando adaptada de acordo com especificidade de seus alunos, proporcionará a interação dos alunos com e sem deficiência; sem deixar de seguir o que os parâmetros curriculares, com adaptações estruturais e de conteúdos ofertados pelo poder público, permitindo que o ensino crítico ocorra de fato (MATOS e MENDES, 2015).

Dentre as muitas deficiências encontradas nas crianças regularmente matriculadas no âmbito escolar, encontra-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que afeta de maneira precoce e crônica o desenvolvimento social, comunicativo e comportamental, causando prejuízos no funcionamento global dos indivíduos por ele acometidos, demandando de professores e demais agentes escolares, adaptações nas atividades diárias (LEMOS, NUNES e SALOMÃO, 2020).

Apesar da inclusão hoje ser direito da criança, em qualquer ambiente, seja ele escolar ou social, para Tannús-Valadão e Mendes (2018) ainda se tem muito a fazer, para que a inclusão seja de fato totalmente consumada. Segundo os autores, com adoção da política de inclusão escolar no Brasil, o número de matrículas de alunos com algum tipo de deficiência nas escolas públicas regulares está cada vez maior, entretanto, o Brasil não possui dispositivos que garantam a tais estudantes tenham um ensino adaptado respeitando suas necessidades educacionais individuais. Na prática, esse tipo de planejamento tem sido criado e efetivado apenas nos serviços das salas de recursos multifuncionais e nos centros de atendimento educacional especializado, ou seja, apesar da inclusão escolar ser um assunto atual, protegido por lei, temos que lidar ainda com um plano elaborado de ensino ainda voltado para a não inclusão desses alunos em sala de aula e sim segregados em outro ambiente.

Atualmente a nova Política Nacional de Educação Especial - PNEE⁴ 2020 foi ampliada pelo Governo Federal para reforçar a promoção do trabalho com a criança com necessidades específicas, trazendo uma perspectiva imparcial ao longo da vida. Ela garante às famílias e ao público da educação especial o direito de escolher em que instituição de ensino estudar, em escolas comuns inclusivas, escolas especiais ou escolas bilíngües de surdos.

Por meio da política pública, os sistemas de ensino os municípios poderão receber apoio para instalar salas de recursos multifuncionais ou específicas, oferecer cursos de formação inicial ou continuada a professores, melhorar a acessibilidade arquitetônica e pedagógica nos colégios e, ainda, aprimorar ou criar centros de serviço de atendimento educacional especializado.

O lançamento da PNEE representa um passo significativo para que tenhamos um país mais justo e com igualdade de oportunidades, fortalecendo o direito de escolha da família, oferecendo aos cidadãos a opção de escolarização em escolas regulares ou especializadas, garantindo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e aqueles com altas habilidades ou superdotação.

Para Amaral e Monteiro (2016), focar apenas na incapacidade do aluno, apenas nas dificuldades que ele tem, faz com que se tenha uma grande limitação no

⁴A nova Política Nacional de Educação Especial – PNEE. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/09/nova-politica-nacional-de-educacao-especial-e-lancada-em-brasilia#:~:text=A%20nova%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,com%20altas%20habilidades%20ou%20superdota%C3%A7%C3%A3o>.

desenvolvimento desses alunos, tornando-os pessoas apáticas e totalmente dependentes, o que produzirá cidadãos socialmente com pouca independência para agir nas diversas instâncias sociais, como lutar por seus direitos.

Todos os envolvidos na educação da criança com deficiência devem trabalhar unidos para que desenvolvam uma melhor forma de trabalho para que essas crianças cresçam mais seguras e autônomas, independentemente de qualquer laudo médico. Dias e Oliveira citam:

A ética inclusiva, difundida em primeira mão pela escola, abre possibilidades de ressignificação da deficiência intelectual. Se, por um lado, determinados alunos são introduzidos na categoria de deficiência intelectual no momento inicial da escolarização por meio do critério do déficit, por outro lado, essa mesma escola, quando comprometida com uma visão de desenvolvimento processual, dinâmica e complexa, promove condições de superação da dificuldade inicial. (DIAS e OLIVEIRA, 2013 p.179)

A adaptação dos alunos com TEA (Transtorno do Espectro Autista) dentro da sala de aula deve ser considerada e respeitada, principalmente os não verbais (pessoas com autismo que não conseguem se comunicar verbalmente ou que são capazes de falarem palavras soltas, mas incapazes de continuar uma conversa), pois estes alunos poderão se desenvolver dentro de um ambiente com crianças que mantêm uma comunicação verbal, adquirindo habilidades comunicativas, sempre ressaltando que o suporte diário de um adulto é imprescindível, uma vez que, sensível às necessidades conversacionais da criança com autismo, o adulto será capaz de adequar suas contribuições às capacidades dessa última, ou seja, o adulto adaptará seu comportamento comunicativo para obter respostas das crianças com tais necessidades específicas (LEMOS, SALOMÃO e AGRIPINO-RAMOS, 2014).

Ao discorrer sobre a importância de se incluir crianças com TEA, Lemos, Salomão e Agripino-Ramos ainda advogam que:

Tendo em vista os aspectos abordados, ressalta-se a importância da interação social para a aquisição de habilidades referentes ao desenvolvimento infantil. A partir dos estudos de caso apresentados, entendem-se os benefícios da inclusão escolar tanto em termos da criança atípica, como das demais crianças, que desenvolvem habilidades relativas à tolerância, respeito e empatia por meio das vivências escolares (LEMOS, SALOMÃO e AGRIPINO-RAMOS, 2014.p.82)

Kibrit (2013) advoga ainda que, a educação em si, é muito mais do que uma lousa e um giz, e que o afeto faz parte da educação. A relação professor-aluno, quando se apresenta de forma autoritária, separa o aluno do conhecimento, fazendo com que não se tenha uma relação de respeito, apenas obrigatoriedade. Construir um processo de aprendizado junto ao aluno, de conhecê-lo e adaptar o ensino de modo individual, respeitando todas as diferenças, é conseguir sair da posição de saber absoluto e autoritário, tornando a educação de fácil acesso a todos os envolvidos. Nesse viés, considerando as crianças autistas e suas famílias, Santos e Vieira corroboram:

A interação entre família e profissionais faz com que o autismo não seja um empecilho para o desenvolvimento cognitivo e social da criança. Assim, com iniciativas e persistências o autismo passa a ser compreendido e a sociedade torna-se mais inclusiva e mais acolhedora. É uma troca de realidades, é o olhar sensível e os passos ao mundo diversificado, sem preconceitos e sem imposições. (SANTOS e VIEIRA, 2017, p. 230)

A partir dessa interação entre família e profissionais, que podem contribuir para o desenvolvimento cognitivo e social da criança autista, sendo uma das autoras mãe de crianças com TEA, esse artigo baliza-se nas suas experiências pessoais, e nas reflexões dessas experiências a partir das conjecturas dos autores pesquisados, como corpus desse trabalho.

3. Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa

A abordagem utilizada foi a pesquisa qualitativa, que de acordo com Patias e Hohendorff (2019), são as experiências de pessoas e suas compreensões, onde a realidade é estruturada e organizada entre pesquisador e entrevistado, por meio de suas experiências individuais. Conforme Botelho e Cruz (2013, p. 54) a pesquisa qualitativa busca compreender uma informação sem fazer uso de estatísticas, possibilitando investigar hábitos, atitudes e opiniões de grupos.

O envolvimento direto com crianças com TEA faz com que entendamos melhor a sua realidade e suas necessidades, analisando como pesquisadoras enquanto mães, as diversas lembranças a quem aqui se faz a recente pesquisa, além de diversas experiências vividas de outras mães de crianças autistas, coletados a partir de relatos de

experiência com professores e demais agentes escolares, familiares e todos que convivem diretamente dessas crianças com necessidades especiais, buscando uma melhor forma de trabalhar em sala de aula e compreendendo as principais dificuldades do docente e demais participantes das instituições de ensino na inclusão de crianças autistas em sala de aula e interações na escola, para uma melhor adaptação de atividades e fornecer a demanda dos envolvidos. É imprescindível verificar se todos os participantes das instituições de ensino estão, de fato, conscientes sobre o que seja o autismo e como podem trabalhar com crianças que tenham o transtorno, identificando também as dificuldades do professor em sala de aula para adaptar o ensino ao aluno autista, elevando também a importância da família no processo de inclusão deste aluno.

Para o desenvolvimento deste trabalho, visando alcançar possíveis respostas às problemáticas, foi utilizada a narrativa bibliográfica, que segundo Clandinin e Connelly (2011), é um meio de se entender a experiência de um indivíduo, com depoimentos e relatos de experiências.

Investigar as interações de uma mãe com os professores de seus filhos autistas em sala de aula, identificando as suas dificuldades e potencialidades, analisando o processo de inclusão dessas crianças na educação infantil, as práticas pedagógicas desenvolvidas, incitou a produção desse trabalho, permitindo aos seus autores uma maior imersão no tema.

Por ser uma pesquisa onde se observa e estudam os principais envolvidos e o ambiente em que ele se encontra, a pesquisa qualitativa ao avaliar as principais características e suas perspectivas, ampara técnicas que visam a sua compreensão, procurando recuperar os sentidos, percepções, significados e subjetividade dos respondentes mediante a sua compreensão e interpretação

A pesquisa qualitativa biográfica é empreendida a partir das narrativas das histórias de vida dos grupos humanos, sua leitura de mundo, seus sentimentos, percepções e interações com o contexto social em que estão situados. No campo educacional, a pesquisa autobiográfica tem sido instrumento de intervenção na prática e na formação de professores, conferindo-lhes a possibilidade de descrever e compreender o seu meio e os elementos que o movimentam. (PASSEGGI, SOUZA E VICENTINI, 2011).

A pesquisa autobiográfica trata de pesquisar o que ocorre na visão de experiência e a sua percepção durante o processo ensino-aprendizagem, voltada para a

leitura das pessoas e suas relações, abraçando as suas expectativas com compreensão, onde a pesquisa qualitativa procura recuperar os sentidos, percepções e significados dos respondentes mediante a sua interpretação. É uma investigação baseada nas histórias de vida, experiências, sentimentos, percepções e interações com as situações sociais em que estão inseridos, desempenhando uma intervenção na prática e na formação de professores, oferecendo-lhes a possibilidade de descrever e compreender o seu meio e todos os seus anseios e desejos.

Para isso faz-se necessária uma análise interpretativista que para Oliveira (2018), busca compreender o mundo pelo ponto de vista dos principais envolvidos, em um nível de experiência particular, considerando que a preocupação principal não é explicar nem analisar os fenômenos a partir de leis, ou ser tudo matematicamente analisado, mas concernir com experiências já vividas, onde o conhecimento é construído a partir de interações entre as pessoas dentro de um ambiente social.

Dentre as colaborações que possibilitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, é necessário avaliar também os recursos disponibilizados pela comunidade escolar, tais como a especialização dos professores como a disponibilização de materiais adaptados. A devida especialização e preparação dos professores para a recepção do aluno com autismo faz com que a adaptação do aluno seja mais tranquila para ambos. Porém, quando esses recursos não são disponibilizados, a recepção a esse aluno pode não ser tão satisfatória como veremos no tópico a seguir.

4. Refletindo a inclusão de alunos autistas na educação básica

Sendo a inclusão hoje um direito de toda criança com deficiência, para aprender e conviver com os demais em uma sala de aula, é necessário que os docentes e toda comunidade escolar estejam de fato preparados e motivados para promovê-la. Isso é possível a partir do total apoio da gestão escolar, planejamento e estratégias de ensino adaptadas pautadas em equidade.

No que concerne a inclusão de alunos com TEA, se faz necessária a construção de diferentes estratégias para que tenham um aprendizado adequado às suas necessidades individuais específicas em um ambiente escolar comum. Convém esclarecer que o termo utilizado aqui para escola comum, denota as escolas que seguem a educação regular formal, com os níveis de ensino e faixas etárias estabelecidas, onde a

educação especial é voltada ao ensino e aprendizagem de alunos com deficiências e transtornos do desenvolvimento e aprendizado, podendo estes estudar em escolas do ensino regular inclusivo.

Para que isso ocorra, os docentes têm de sempre se atualizar, realizar pesquisas sobre o TEA e suas principais características, fazendo com que compreendam melhor o desenvolvimento desses alunos com necessidades específicas, conseguindo meios para lidar melhor com suas exigências.

Um grande desafio para a construção do professor na escola contemporânea é a formação mais centrada nas práticas e em sua análise. A formação do professor é, por vezes, excessivamente teórica, outras vezes excessivamente metodológica, mas há um déficit de práticas, de refletir sobre as práticas, de trabalhar sobre as práticas, de saber como fazer. É desesperante ver certos professores que têm genuinamente uma enorme vontade de fazer de outro modo e não sabem como. Têm o corpo e a cabeça cheios de teoria, de livros, de teses, de autores, mas não sabem como aquilo tudo se transforma em prática, como aquilo tudo se organiza numa prática coerente (TAVARES, 2008. P 224).

Na inclusão em sala de aula de crianças com transtorno do espectro autista, o professor será sempre uma referência para a criança, sendo necessário estabelecer uma aproximação com o aluno, a fim de se conhecer um pouco mais os seus gostos e suas dificuldades. O professor, além de estudar e analisar o comportamento e desenvolvimento dessa criança, ele tem a função de tornar a sala de aula um ambiente inclusivo, fazendo com que as crianças tenham o conhecimento das diferenças que possam existir e o incentivo para que elas compreendam e respeitem o próximo.

Posto isso, cabe aclarar que a partir desse momento, foram discutidas as experiências pessoais da autora, mãe de duas crianças autistas, quanto ao atendimento educacional de seus filhos, contrapondo a sua percepção enquanto futura pedagoga ancorada em pesquisadores da área e, por isso justifica-se a escrita em primeira pessoa em determinados momentos.

Posso relatar algumas experiências negativas e constrangedoras quanto à inserção dos meus filhos em sala de aula. A inexperiência dos professores acaba gerando insegurança quanto ao acolhimento de uma criança autista ou que tenha necessidades educacionais especiais. Certa vez, no primeiro dia letivo ao chegar à sala de aula, encontro uma professora simpática, porém demonstrando muita insegurança,

devido ao despreparo e falta de informação, que desconsertadamente me disse: *“Nossa, nunca dei aula para uma criança autista, tenho medo de tocar nele e ele reagir mal, será que ele vai gritar comigo? Pode assustar as outras crianças também.”* (Professora X, primeiro dia de aula do ano 2020).

O sentimento angustiante da professora reflete a falta de preparo e o devido conhecimento da criança autista, que foi apontado por MANTOAN (2015), onde discorre que a inclusão de alunos com TEA na rede regular de ensino causa um desconforto na comunidade escolar e principalmente nos professores, que se veem com dificuldades para lidar com o aluno e suas respectivas necessidades. Esse desconforto torna-se, muitas vezes, o incentivo para a busca de novas alternativas, sendo fundamental assim para que a inclusão de fato aconteça.

Naquele momento, tentei tranquilizá-la, explicando que el@⁵ possuía algumas características próprias do autismo, mas que não eram tão agravantes. Fiquei pensativa quanto à situação, pois não foram feitas nenhuma reunião ou qualquer aproximação com os docentes antes do início das aulas, para que pudéssemos trocar ideias conferindo a elas um conhecimento prévio sobre a criança que iriam receber em sala de aula e suas especificidades.

Para Veiga (2014), sob o paradigma da inclusão, a gestão escolar precisa compreender a necessidade de valorização das diferenças que determinam a diversidade dos alunos que frequentam o ambiente escolar, valorizando as particularidades e modos de se relacionar com a aprendizagem dos conhecimentos veiculados pela escola, bem como as propostas de ensino que respeitem e abracem essas particularidades. O gestor de uma escola que se põe a atender estudantes especiais pode criar ações para promover a inclusão, analisando as possibilidades aceitáveis de inserir os alunos especiais na classe comum, firmando o compromisso de estimular práticas inclusivas, criando mecanismos para que a escola se torne mais humana e justa.

Percebo que a inclusão da criança com TEA no ensino regular é tema de grande preocupação entre os educadores, gerando desconforto e receio de que cada aula seja desenvolvida de modo adaptado. Cada criança diagnosticada com autismo possui características únicas, é necessário realizar um levantamento dessas características particulares, pois o professor terá que trabalhar com o que a criança se sentir mais tranquila. Para isso, é de suma importância a participação efetiva da família junto à

⁵Optamos pelo uso de @ a fim de não identificar o gênero da criança protegendo sua identidade.

escola, para que juntos encontrem formas mais assertiva de fazer com que a criança se adapte bem ao ambiente escolar. Sobre isso concordamos com Lemos, Salomão, Aquino e Agripino-Ramos (2016) ao dizer que:

Conhecer e investigar as concepções de pais e professores de crianças autistas foi imprescindível para entender que a garantia do sucesso da inclusão escolar se dá por meio da participação efetiva das duas partes. Essa experiência permitiu o esclarecimento de que a inclusão necessita não somente de conhecimento teórico acerca do autismo e das estratégias de trabalho, mas também de uma predisposição da família e da escola em aceitar e trabalhar de maneira positiva com tais crianças. Estar aberto à experiência é fundamental, pois, muitas vezes, a falta de formação e de contato com a síndrome leva à resistência à mudança e à adoção de atitudes negativas em relação à inclusão.

Diante os trabalhos de inclusão escolar, se faz necessário o auxílio direto aos professores para que tenham as devidas condições de promoverem o desenvolvimento dos seus alunos com necessidades educativas especiais, sendo apoiados e bem instruídos durante o ano escolar, e isso somente será possível se houver uma boa comunicação entre a família e a escola.

Alguns autistas vivem e se desenvolvem bem, tendo uma vida social bem próxima das pessoas sem algum transtorno. Já outros convivem com problemas de desenvolvimento em sua linguagem, tendo dificuldades também em aceitar novas situações e mudanças na rotina. Crianças com autismo mais severo frequentemente apresentam problemas de comportamento, que incluem hiperatividade e dificuldade de prestar ou manter a atenção. Segundo Camargo e Sígria Pimentel Höher et al. (2020), o desconhecimento e a falta de orientação adequada e focada em aspectos práticos, leva os professores a buscarem alternativas pouco eficazes para guiar seu trabalho e prejudicando o desenvolvimento e a permanência da criança no contexto escolar.

Fazer um levantamento com base em perguntas de questionário facilitará a compreensão das principais dificuldades que o professor terá em sala de aula, pois assim como se faz necessário que os docentes tenham conhecimento das facilidades e dificuldades de cada aluno, se faz necessário também das dificuldades que são encontradas pelos docentes no ambiente escolar, para que saibam trabalhar de maneira adequada com essa diversidade, é importante que a maneira de ensinar seja organizada e preparada para lidar com toda diversidade que exista nas salas de aula, acolhendo

adequadamente as manifestações do transtorno do espectro autista (PEREIRA E PEREIRA, 2019).

Ainda sobre estratégias para trabalhar em sala de aula com a criança autista, o professor pode tentar montar estratégias utilizando métodos mais tecnológicos, como o método ABA (Análise do Comportamento Aplicada, que propõe atividades conforme as habilidades já adquiridas pela criança, instigando assim seu potencial gradativamente), que pode auxiliar no desenvolvimento da criança também quanto à interação social (Matos e Freitas, 2018).

Quando adultos, aprendemos que as dificuldades nos auxiliam para aprendermos mais sobre como encarar a vida. Quando nos tornamos pais, tudo o que desejamos é que a vida de nossos filhos seja sempre feliz, embora saibamos que é quase impossível isso. O autismo traz a certeza de que seu filho vai ter dificuldades e desafios desde pequeno, e não há nada que possamos fazer para evitar isso. Porém, isso pode ser amenizado com o convívio direto dentro da escola, uma vez que o aprendizado será mútuo, tanto para a criança com autismo quanto para os que terão o convívio direto com essa condição. Aprender desde cedo a respeitar as diferenças, faz com que o convívio com o chamado diferente, diminua o preconceito existente na sociedade. Segundo Praça (2011):

E para que ocorra o exercício da inclusão mudanças são necessárias, não só mudanças físicas no ambiente escolar como também mudanças no interior do ser humano, para que haja a conscientização de todas as pessoas com relação à inclusão. É preciso vencer o preconceito e dar oportunidade para conviver com a diversidade.

Sendo mãe de duas crianças diagnosticadas com Autismo (uma com autismo de grau leve e um autista não-verbal, dito como um autista mais severo, pela ausência da fala), posso contar um pouco sobre os desafios que encontramos no dia a dia. Antes de ter meus filhos, eu não conhecia quase nada sobre o Autismo. Hoje tento aprender cada dia mais sobre esse assunto, que ainda é tão recente, por não encontrarem ao certo a sua causa e, com esse conhecimento, acabo repassando para as outras pessoas que não convivem diretamente com o transtorno.

Meus filhos terão acompanhamento de diferentes profissionais por toda a vida deles. Terapias são necessárias para que se alcance um melhor desenvolvimento no dia a dia. Quanto mais cedo se receber o diagnóstico, mais fácil será a inserção do tratamento ideal, pois cada autista é único, cada um tem suas características próprias e cada terapia

deve ser moldada de acordo com a criança. E acima de tudo, respeitar o tempo e as preferências dos pequenos, pois o que era para ser um incentivo, pode se transformar em um trauma, que dificilmente será superado.

5. Contribuição para o processo de pesquisa – Considerações finais

Ao término dessa pesquisa findo, portanto, que o processo de inclusão deve se fazer presente no dia a dia escolar da criança autista, em todas as suas participações, para que haja um melhor aproveitamento de seus aprendizados e aprimoramento de suas capacidades, tanto individuais quanto sociais. Quando a vaga é aberta para uma criança com deficiência, torna-se necessário garantir que a preparação do professor e do ambiente escolar seja realizada, pois se espera que a criança consiga aprender o conteúdo didático junto com a classe, seja em um tempo ou de uma forma diferente conforme a especificidade de cada criança com TEA. É necessário um trabalho que acolha de fato a criança e que abranja a todos os envolvidos nesse processo, não somente o ambiente escolar, mas a todos que convivem diretamente com a criança.

Evidencia-se, com isso, a necessidade de um atendimento mais individualizado às demandas por uma educação diferenciada e adaptável para cada criança autista, uma vez que cada criança possui um modo de aprender e uma própria volição ao aprendizado. Assim, apesar da dificuldade de toda a equipe escolar em atender às demandas de uma educação diferenciada, todos os envolvidos tendem a trabalhar e adaptar as práticas pedagógicas para melhor adequá-los ao ambiente de estudo.

Como resposta às questões alçadas, faz-se necessário a formação especializada para que os docentes se sintam mais seguros ao receber em sala de aula uma criança que requeira de uma atenção maior e um trabalho mais adaptativo, a fim de se ensinar toda uma sala de aula igualmente, porém de forma inclusiva. Além do diálogo e orientações devidas, tanto com a gestão escolar, que deve participar efetivamente da educação dessa criança quanto com os pais e/ou responsáveis pela criança, carecendo se existir uma relação sólida, a fim de se dividir os deveres e responsabilidades entre família e escola, a fim de se obter uma melhor socialização da criança com transtorno do espectro autista.

Em síntese, é imprescindível que haja uma melhor formação especializada para os profissionais de educação, com a participação efetiva de toda a comunidade escolar,

ofertando cursos de especialização de ensino especial e devidas reuniões para resoluções de possíveis dificuldades encontradas em sala de aula e uma melhor comunicação com todos os envolvidos, a fim de que todos possam elevar efetivamente as competências das crianças autistas, desenvolvendo as potencialidades dos alunos, para que a criança não se desenvolva somente no ambiente de estudo, mas que leve todos os seus aprendizados para a vida em sociedade.

Espera-se que este estudo possa contribuir significativamente como profissionais que atuam com crianças deficientes que têm TEA a verem como uma criança autista é capaz de aprender, desde que se tenha a interação entre família e escola, buscando entender as particularidades e necessidades de cada criança autista. A inclusão estabelecida em escolas inclusivas, além de minimizarem as desigualdades, pode assegurar uma sociedade com mais respeito e solidariedade. Todas as estratégias propostas buscam melhorias que são fundamentais para que a criança autista cresça mais independente, além de facilitar o convívio dentro da sociedade e família.

Segue o link para acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=2lbovSFAg9A>

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mateus Henrique do; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. Análise de Obras Cinematográficas para Compreender as Concepções de Professores sobre o Aluno com Deficiência. Rev. bras. educ. espec., Marília ,v. 22, n. 4, p. 511-526, Dec. 2016 .Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000400511&lng=en&nrm=iso>.

BOTELHO, J. M.; CRUZ, V. A. G. da. Metodologia científica. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru ,v. 23, n. 1, p. 1-6, Mar. 2017 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000100001&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 20 de novembro de 2020.

CAMARGO, SÍGLIA PIMENTEL HÖHER et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação

continuada na perspectiva dos professores. Educação em Revista [online]. 2020, v. 36, e214220. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698214220>>. Epub 10 Jul 2020. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214220>.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiências
CUNHA, Jorge Luiz da. Aprendizagem histórica: narrativas autobiográficas como dispositivos de formação. Educ. rev., Curitiba ,n. 60, p. 93-105, jun. 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602016000200093&lng=pt&nrm=iso>.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. Rev. bras. educ. espec., Marília ,v. 19, n. 2, p. 169-182, jun. 2013 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2020. e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educa+Brasil. SILVA, Gabriele. Ensino regular: o que é e como funciona? Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/ensino-regular-o-que-e-e-como-funciona>>.

Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

Fernandes, Conceição Santos, Tomazelli, Jeane e Girianelli, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. Psicologia USP [online]. 2020, v. 31, e200027. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e200027>>. Epub 28 Out 2020. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200027>.

KIBRIT, Bruna. Possibilidades e desafios na inclusão escolar. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental vol.16 no. 4 São Paulo Dec. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142013000400013> .

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; NUNES, Laísy de Lima; SALOMAO, Nádia Maria Ribeiro. Transtorno do Espectro Autista e Interações Escolares: Sala de Aula e Pátio. Rev. bras. educ. espec., Bauru ,v. 26, n. 1, p. 69-84, Mar. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382020000100069&lng=en&nrm=iso>. accesson 14 Sept. 2020. Epub Feb 21, 2020. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382620000100005>.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMAO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Rev. bras. educ. espec., Marília ,v. 20, n. 1, p. 117-130, Mar. 2014 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100009&lng=en&nrm=iso>. accesson 14 Sept. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100009>.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AQUINO, Fabiola de Sousa Braz; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. Concepções de

pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n3/1984-0292-fractal-28-03-00351.pdf>
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil

MANTOAN, M T E. Inclusão: O que é? Por que? Como Fazer? São Paulo: Sumus, 2015. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 21, n. 2, pág. 215-224, agosto de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000200215&lng=en&nrm=iso>.

MATOS, Jecilene Moreira França de; FREITAS, Maria Cecília Martinez Amaro. Métodos e estratégias de ensino-aprendizagem para crianças com transtornos de espectro autista. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/1458/1/TCC%202%207%20c2%ba%20PER%20c3%8dODO..pdf>

MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial* vol.21 no.1 Marília Jan./Mar. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000100002> >.

OLIVEIRA, Eloisa Paula de. Paradigma Interpretativista nos Estudos Organizacionais. Disponível em: http://anais.unespar.edu.br/iv_secisa/data/uploads/administracao/oliveira_paradigma-interpretativista-nos-estudos-organizacionais_iv-secisa-2018.pdf

PASSEGI, M. C.; SOUZA, E.C. de; VICENTINI, P.P. Entre a vida e a formação: pesquisa (auto) biográfica, docência e profissionalização. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v.27, n.1, p.369-386, abr. 2011. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/6461/art_VICENTINI_Entre_a_vida_e_a_formacao_pesquisa_2011.pdf?sequence=1.

PATIAS, Naiana Dapieve; HOHENDORFF, Jean Von. Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa. *Psicol. Estud.*, Maringá, v. 24, e43536, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722019000100236&lng=en&nrm=iso>. acesso em 20 de novembro de 2020.

PEREIRA, Juliana Ribeiro Lemes; PEREIRA, Émerson dos Reis. A influência do ambiente escolar no desenvolvimento das crianças autistas. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4QuK8wWFsMMJ:https://cp2.g12.br/ojs/index.php/cadernos/article/download/2421/1622+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

Presidência da República - Casa Civil. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acessado em: 5 de outubro de 2020.

SANTOS, Regina Kelly dos; VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7413/pdf>. Acessado em: 20 nov. 20

STELLA, Claudia; SEQUEIRA, Vânia Conselheiro. Inclusão e o cotidiano escolar: a visão dos professores. Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.13, n.2, p. 70-80, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/48209425/inclusao-e-o-cotidiano-escolar-a-visao-dos-professores>

TANNUS-VALADAO, Gabriela; MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 23, e230076, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100261&lng=en&nrm=iso.

TERRA, Ricardo Nogueira. GOMES, Cláudia Gomes. Inclusão escolar: Carências e desafios da formação e atuação profissional. Revista Educação Especial | v. 26 | n. 45, | p. 109-124 | jan./abr. 2013. Santa Maria. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5629/pdf>

VEIGA, Lígia Correa Lustosa da. (2014). O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9198/1/2014_LigiaCorreaLustosadaVeiga.pdf Monografia (Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica), Universidade de Brasília: Brasília, Brasil.